

CAPÍTULO 5

Desenvolvimento infantil e parentalidade

Rogério Lerner

Izabella Lopes de Arantes

Caroline Martins Dias

Desenvolvimento infantil

A primeira infância compreende desde a gestação até os 6 anos de idade e é um período bastante sensível para o desenvolvimento humano, pois o que é estimulado positiva ou negativamente durante essa etapa poderá ter impactos que se refletirão ao longo da vida. É nessa etapa inicial que são construídas bases fundamentais para a aquisição de futuras habilidades em diversos âmbitos da vida, por exemplo, a capacidade de aprender (cognitivo) e de lidar com relações e sentimentos (socioemocional), saúde física (somático), entre outros^[150].

As conquistas da criança não se refletem apenas nas mudanças perceptíveis na sua aparência física e no crescimento, mas também em diversas outras habilidades que, embora possam parecer mais sutis, merecem toda a nossa atenção. Transformações importantes que ocorrem de maneira discreta se expressam na forma de comunicação da criança, nas experiências emocionais e suas manifestações, na sua maneira de movimentar-se e brincar, no manuseio de coisas do cotidiano e na sua interação com as pessoas do seu meio^[150].

O desenvolvimento do cérebro e de todo o sistema nervoso começa antes do nascimento e pode sofrer com condições vivenciadas nessa etapa, como saúde física

e mental da mãe e do pai, ingestão de drogas e álcool por parte deles, exposição à violência no ambiente, com consequências importantes para a evolução cerebral do bebê.

A exposição intensa aos chamados *fatores de risco*, frequente e duradoura, sem apoio e proteção adequados, pode desencadear um tipo tóxico de estresse, afetando negativamente o cérebro e com prejuízos para o desenvolvimento. São considerados fatores de risco preconceito, exposição a violência e drogas, negligência, abusos psicológicos, abusos físicos, pobreza, cuidadores que apresentam transtornos mentais^[151].

Nos anos iniciais, o cérebro humano passa por grande plasticidade. Isso significa que as experiências da criança nos vínculos com quem cuida dela têm impacto na sua estrutura e funcionamento, formando-se inúmeras novas conexões entre os neurônios (células que formam o sistema nervoso), que são chamadas de sinapses.

O processo de *parentalidade* envolve a construção que mulheres e homens fazem da sua identidade como mães e pais de bebês antes mesmo que estes venham ao mundo. Esses *papéis parentais* começam a ser construídos ainda na infância a partir das brincadeiras e das experiências dessas pessoas nas suas famílias, sendo transformados até a vida adulta, quando passam a exercer suas *funções parentais* com suas próprias filhas e filhos^[152].

É a partir da família, mais precisamente de mães e pais ou quem exerce tais funções, que a criança poderá se estruturar psiquicamente e se desenvolver. O desenvolvimento infantil está associado ao ambiente parental em que a criança está inserida, com suas características positivas e negativas^[153]. É importante ressaltar que o ambiente em que a parentalidade é exercida é influenciado pela história e pela cultura tanto em sentido amplo, ao pensarmos em nossa sociedade com seus valores e regras que influenciam nossas ações, como por questões individuais e construídas a partir das vivências de cada pessoa^[154].

Para promover o desenvolvimento saudável, precisamos considerar a *integralidade do cuidado*: é necessário que haja alimentação adequada, ambiente que ofereça segurança e afeto, estímulos favoráveis, relações de apoio e educação com qualidade. Por isso, família, sistema de saúde, creches, escolas de educação infantil e a sociedade como um todo devem trabalhar em conjunto para garantir que a infância seja um período saudável e seguro.

Investimentos que promovem melhorias de parentalidade e das condições de vida na primeira infância são essenciais para atuar sobre a pobreza, enfrentando desigualdades injustas na distribuição dos recursos de saúde, educação, trabalho entre diferentes grupos populacionais, decorrentes das condições sociais em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem^[155]. Possibilitam cresci-

mento e desenvolvimento saudáveis a fim de construir um futuro mais sustentável como sociedade. Afinal, em algumas décadas, as crianças que hoje vivenciam a primeira infância estarão à frente da economia, assumindo postos de trabalho, ocupando as universidades e cuidando de outras crianças.

Pesquisas científicas com evidências sobre parentalidade e primeira infância devem ser utilizadas para embasar políticas públicas que busquem democratizar oportunidades para um bom desenvolvimento infantil.

Aprofundando a compreensão sobre parentalidade

A parentalidade envolve um conjunto de atitudes ligado a crenças, sentimentos e hábitos das pessoas que são cuidadoras principais da criança, não se restringindo a mães e pais biológicos, dado que a família pode ser considerada uma organização que existe a partir dos afetos e cuidados entre as pessoas que fazem parte dela sem necessariamente envolver laços consanguíneos^[156]. Existem diversos tipos de famílias: biparentais (com pai e mãe), monoparentais (com apenas um cuidador), famílias com mães e pais separados, reconstituídas, com casais homoafetivos, com filhos adotivos, entre outras.

Práticas de *parentalidade positiva* estão associadas ao melhor desenvolvimento infantil, e devemos percebê-las como uma parte da promoção da saúde e como uma forma de prevenção de problemas futuros que as crianças poderão enfrentar.

A parentalidade positiva atende às necessidades da criança com afeto, apoio, cuidado e sensibilidade^[153]. Um ambiente afetivo, em que a criança é apoiada e incentivada a desenvolver suas habilidades, está ligado a manifestações mais frequentes de comportamentos cooperativos e exploratórios das crianças. Contudo, a *parentalidade negativa*, com comportamentos violentos e punitivos e falta de sensibilidade para os sentimentos das crianças, está associada a uma frequência e intensidade maiores de comportamentos agressivos e inibidos por parte delas.

A formação do vínculo seguro entre bebês, mães e pais inicia-se ainda durante a gestação. Enquanto o feto está em desenvolvimento, pai e mãe começam a atribuir significados às sensações provocadas antes mesmo de sentirem os movimentos dentro do útero. Nesse momento, ele já começa a ser pensado e sentido como uma pessoa a partir das falas e interações dos integrantes da família. Após o nascimento, a aproximação afetiva entre eles gera sentimentos de pertencimento e empoderamento materno e paterno nos cuidadores. Esse sentimento é crucial para o estabelecimento de confiança e, posteriormente, de vinculação entre eles e o bebê. Olhares, falas e toques afetuosos e responsivos dirigidos ao bebê e seu corpo durante a amamentação, no banho, nas brincadeiras e em outros momentos são muito importantes nessa etapa^[152].

As primeiras experiências do bebê após o nascimento são fundamentais para o estabelecimento da confiança que é essencial para a formação dos seus vínculos. A

criança precisa desenvolver um senso de confiança tanto nas pessoas que a rodeiam como nos objetos do seu cotidiano, de maneira equilibrada, permitindo a formação de vínculos íntimos e de proteção^[157]. Confiança surge a partir da educação sensível, responsiva, coerente e consistente entre a criança e sua família.

O ambiente familiar na primeira infância pode influenciar a qualidade da estimulação da criança, o que é muito importante no seu processo de aprendizagem. Muitos aspectos do ambiente influenciam o desenvolvimento cognitivo e psicossocial: incentivo à exploração do ambiente; supervisão do desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais; elogios às realizações; orientação para a prática de habilidades; proteção contra preconceitos, provocações e punições; enriquecimento da comunicação e responsividade; e orientação e limitação do comportamento^[157].

Nos anos 1960, teóricos já discutiam sobre os modelos parentais e qual seria o mais benéfico para a criação de uma criança^[158]. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)^[159] ressalta que as práticas parentais podem ser divididas em quatro tipos de estilos segundo suas características:

1. **Pais permissivos:** há pouca comunicação de regras e prevalece uma tolerância exagerada com comportamentos inadequados dos filhos. Por acreditarem que a criança já sabe do que necessita, acabam por não a orientar nem criam formas positivas de disciplina.
2. **Pais ausentes:** caracteriza-se por uma tendência de os pais voltarem-se a si mesmos, levando mais em consideração suas próprias necessidades em comparação com as da criança, seus desejos e vontades. Pode haver maior negligência e descuido, pouca demonstração de afeto e dificuldades em compreender as necessidades básicas da criança, como a importância do afeto, amor e apego.
3. **Pais autoritários:** tendem a ter uma postura mais rígida e controladora quanto aos comportamentos da criança, com pouca demonstração de afeto e forte uso da punição para controle do comportamento. Este estilo é oposto ao permissivo, com pais que acreditam saber o que é melhor, mantendo uma relação unilateral, com pouco respeito à personalidade da criança e uso de medo, castigo e força para controle.
4. **Pais participativos ou autoritativos:** este é considerado o estilo mais desejável de parentalidade. Leva em consideração os sentimentos e ideias da criança, valoriza seus esforços e comportamentos positivos e promove uma comunicação aberta e empática. Há uma conciliação entre o reconhecimento da individualidade da criança e a percepção da responsabilidade de quem cuida em educar e orientar, estabelecer regras e limites condizentes às necessidades da criança e incentivando sua criatividade, curiosidade e independência.

Desde a gestação e até mesmo antes dela, as crenças, valores e sentimentos parentais alimentam suas expectativas sobre o estilo de cuidado que adotarão e sobre as características físicas e psicológicas da criança^[152]. No entanto, após o nascimento, é importante que o casal desenvolva a percepção de que o bebê tem características diferentes das imaginadas durante a gestação e desenvolva a aceitação de como ele é. Adaptar-se a partir da interação com o bebê, protegê-lo, compreendê-lo e reconhecê-lo como filha ou filho são aspectos fundamentais para um vínculo saudável^[160].

Depressão e parentalidade

Cerca de 3,8% da população mundial apresenta sinais depressivos, sendo mais comum em mulheres do que em homens. A depressão é um transtorno multifatorial que envolve fatores sociais, psicológicos e biológicos, como violência, desemprego, luto, histórico familiar e condições físicas limitantes^[161]. A depressão se apresenta por um conjunto de sinais, entre eles a perda de prazer pelas atividades, estado geral deprimido, sensação de inutilidade, culpa e desvalia, cansaço constante, dificuldade na concentração, entre outros^[162]. Alguns comportamentos de pessoas com depressão podem não ser percebidos como sua manifestação e levarem a uma culpabilização indevida de quem está em sofrimento e precisa de ajuda. A melhora do quadro está associada ao acompanhamento psiquiátrico e psicoterapêutico, mas também à identificação de fatores ambientais que podem afetar as pessoas em sofrimento.

A depressão perinatal pode acontecer desde a gestação até os 12 meses após o parto e é um problema de Saúde Pública muito importante no nosso país. A cada quatro mulheres, pelo menos uma demonstra sinais depressivos, totalizando cerca de 26,3%^[163]. A chance de sua ocorrência é maior na população negra, em classes econômicas desfavorecidas, pessoas com histórico de transtorno mental, episódios de gravidez não planejada, multiparidade (mulheres que já possuem três filhos ou mais), rede de apoio reduzida, eventos estressores e mães solo^[163,164]. Seus sinais são semelhantes aos da depressão comum, com mais intensidade e frequência de irritabilidade, desinteresse sexual e choro^[165,166]. Muitos dos casos possuem intensidade moderada, permanecendo mascarados pelo cansaço ou dificuldades para dormir típicos da maternidade, passando despercebidos pelos familiares próximos e profissionais de saúde^[163].

A depressão perinatal está associada a diversas questões relacionadas à própria saúde da mulher e ao desenvolvimento da criança, como risco de nascimento prematuro e/ou baixo peso ao nascer, prejuízos no desenvolvimento global, dificuldades cognitivas, comportamentais e motoras, baixa autoestima e problemas de comportamento^[164,166,167]. Pode afetar diretamente os cuidados voltados à criança, como a qualidade de vínculo mãe-bebê, sentimentos de incompetência por parte

da mãe e dificuldade na compreensão dos sinais emitidos pelo bebê, dificultando assim a constituição da parentalidade^[166-168].

Apesar da possível associação com a depressão perinatal, dificuldades no desenvolvimento infantil devem ser vistas de maneira singular pela rede de apoio e pelos profissionais de saúde envolvidos. Seu trabalho, com o diagnóstico correto, auxílio quanto a dúvidas relativas à maternagem segura e a própria saúde da mulher, são fundamentais para que se favoreça a construção dos cuidados com o filho^[168].

Assim como a depressão materna, o estresse parental também é um fator de risco, podendo afetar a parentalidade em construção e os laços com a criança. Esse tipo de estresse está relacionado às dificuldades que permeiam o exercício da parentalidade e que estão presentes no dia a dia da família. A mulher, durante o período gestacional, passa por uma série de mudanças fisiológicas e corporais que podem acarretar situações estressoras se não tiver um ambiente familiar acolhedor e que propicie uma gestação a mais tranquila, segura e saudável possível. Estresse aumentado na gestação pode afetar diretamente a vinculação da mãe com seu bebê, dificultando a parentalidade positiva^[169].

O estresse gestacional está relacionado ao estresse parental, ou seja, mulheres que tiveram uma gestação conflituosa por razões emocionais, sociais ou financeiras, tais como ambiente familiar violento, psicopatologia na família, desemprego, criminalidade, abuso de álcool e outras drogas, possuem maior probabilidade de continuar com sintomas de estresse no período pós-parto e no primeiro mês de vida do bebê^[169].

Burnout parental

A sobrecarga resultante do excesso de tarefas durante os cuidados parentais pode levar a um tipo de esgotamento emocional denominado *burnout parental*. Mães, pais ou mães solo, mães e pais de crianças pequenas, mães e pais com mais de um filho, mães e pais de crianças com deficiências ou doenças, mães e pais que sofrem de depressão ou excessivamente perfeccionistas podem ser mais suscetíveis a sofrer *burnout*.

Senso de autoeficácia e boa autorregulação emocional, bom relacionamento conjugal, relacionamentos interpessoais satisfatórios e rede de apoio também podem proteger mães e pais contra o *burnout parental*^[170].

Entrevistas clínicas, sobretudo em um contexto de psicoterapia, podem servir para diagnosticar e para possibilitar um espaço de elaboração do *burnout parental*^[170,171].

O Inventário de *Burnout Parental (Parental Burnout Assessment)* considera três sintomas principais: exaustão relacionada às tarefas como mãe ou pai, distância emocional em relação aos filhos e ineficiência no exercício da parentalidade. Para

ser utilizado com a população brasileira, houve um processo de tradução e retradução, adaptação para o contexto brasileiro e culturalização, além de estudos com amostras brasileiras^[172].

A Avaliação de *Burnout* Parental consiste em um questionário de 23 itens com 4 subescalas voltadas a avaliar exaustão emocional, sentimentos negativos em relação ao convívio com os filhos, diferenças entre a forma como os pais se sentiam antes de ter filhos e como se sentem agora e afastamento emocional em relação aos filhos.

As consequências do *burnout* parental podem ser bastante prejudiciais tanto para mães e pais quanto para as crianças. Acometidos pelo esgotamento, podem buscar meios de escapar do exercício da parentalidade pelo distanciamento psicológico, alcoolismo ou, em casos extremos, pensamentos ou tentativas de suicídio. Na relação com os filhos, podem ter dificuldade em dar suporte emocional e acolhimento, tornando-se impacientes e menos tolerantes às necessidades das crianças, chegando até a negligenciar os cuidados e adotar comportamentos mais violentos^[171].

As crianças podem vir a se sentir mais desamparadas, ansiosas e inseguras ante à indisponibilidade emocional de seus pais. Afetando a qualidade das interações entre mães, pais e filhos, o *burnout* parental tem potencial para alterar negativamente toda a dinâmica familiar^[173].

Uma vez que o quadro de *burnout* esteja instalado, é importante buscar tratamento para cuidar de seus sintomas e restabelecer o bem-estar e a qualidade de vida. Psicoterapia individual, psicoterapia familiar e acompanhamento psiquiátrico são algumas estratégias de cuidados em saúde mental. Atividades que reduzam o estresse, como a prática de exercícios físicos, atos de autocuidado, prática de *hobbies* e interação social também são importantes aliados na luta contra o *burnout* parental. A participação em grupos sobre parentalidade e fortalecimento de rede de apoio, formada por pessoas próximas, são iniciativas importantes^[174].

Parentalidade, regulação emocional e funções executivas

Os estímulos recebidos na primeira infância estão diretamente ligados à aquisição de habilidades mais complexas que serão cruciais para o futuro da criança. Entre essas habilidades, estão as funções executivas que, quando apresentam bom funcionamento, permitem que a pessoa seja capaz de perceber suas emoções, lidar melhor com os próprios impulsos, pensar a respeito de um mesmo assunto por diferentes pontos de vista, conseguir refletir antes de adotar uma ação, manter a atenção e lidar com desafios.

Funções executivas e regulação emocional estão interligadas, uma vez que podem se influenciar mutuamente. Por exemplo, uma emoção desregulada pode afetar de

maneira negativa a possibilidade de tomar decisões, enquanto habilidades bem desenvolvidas de controle inibitório podem contribuir na regulação de uma resposta emocional e evitar que esta aconteça de forma exacerbada ou inadequada. Um bom funcionamento executivo pode favorecer habilidades necessárias para regulação emocional ao permitir que uma pessoa reflita, pense considerando diversos pontos e, dessa forma, consiga lidar melhor com situações emocionalmente desafiadoras em que precisa se autorregular. Em suma, regulação emocional e funções executivas são cruciais para uma vida adulta funcional no cotidiano^[175].

O controle inibitório, uma das habilidades que compõem as funções executivas, é fundamental para que uma pessoa consiga ter comportamentos socialmente adequados, orientados a objetivos e com capacidade de adaptação, tornando-se mais apta para uma vida autônoma^[176]. A ausência ou o déficit no controle inibitório resultam em impulsividade, respostas e comportamentos potencialmente inadequados.

Na vida cotidiana, o controle inibitório pode ser requerido para emitir respostas adequadas em situações diversas, por exemplo: na tomada de decisões que necessitam de racionalidade e até mesmo na renúncia a impulsos momentâneos a fim de evitar consequências negativas futuras; na regulação das próprias emoções diante de situações muito estressantes e desafiadoras; na capacidade de ter foco em tarefas e projetos, resistindo a distrações e conseguindo manter-se na atividade, o que pode privilegiar ações favoráveis ao rendimento acadêmico, profissional e também nos compromissos diários; nas relações com outras pessoas, favorecendo interações mais bem adaptadas às necessidades de cada situação com posturas mais harmoniosas e menos reativas^[177].

No que diz respeito à parentalidade, o controle inibitório pode auxiliar mães e pais na gestão das próprias emoções e na forma como reagem diante dos desafios apresentados por suas crianças. A regulação das emoções permite a percepção de sentimentos de raiva, estresse e frustração, que auxilia a recobrar o equilíbrio e favorece comportamentos mais assertivos, mesmo perante situações bastante desafiadoras. A capacidade de mães e pais de manterem-se estáveis pode propiciar um ambiente emocionalmente seguro e com previsibilidade às crianças, que não serão surpreendidas por reações parentais agressivas, descontroladas ou abruptas^[178], educando de maneira positiva, sem punições causadas por impulsividade, raiva e descontrole^[179].

Sendo capazes de ter mais autocontrole, foco e atenção, mães e pais conseguem gerir melhor as próprias tarefas e conciliar diversas responsabilidades concernentes à parentalidade e a outras áreas da vida, melhorando sentimentos de autoeficácia e autoestima. Esses comportamentos parentais assertivos e apropriados às situações, mesmo àquelas mais difíceis, podem, além de promover um ambiente seguro e protetor para o desenvolvimento saudável das crianças, servir de estímulos para elas

terem comportamentos futuros apropriados. Tendo mães e pais como exemplos, poderão aprender a gerir melhor as próprias emoções e apresentar ações mais positivas. Em outras palavras, a parentalidade positiva tende a favorecer o bom desenvolvimento de funções executivas e regulação emocional das crianças, ao passo que a parentalidade negativa pode representar obstáculos significativos para isso.

Instrumentos para avaliar a qualidade da interação entre mães e bebês e práticas de parentalidade

Alguns instrumentos se destinam a avaliar a qualidade da interação entre mães e bebês e práticas de parentalidade. Esses instrumentos reúnem diretrizes importantes para avaliar condições que podem favorecer aspectos saudáveis para o desenvolvimento na primeira infância.

O *Coding Interactive Behavior* (CIB), desenvolvido por Feldman em 1998, avalia a qualidade da interação mãe-bebê observando seu registro em vídeo ao longo de cinco minutos. Durante esse período, são identificados e registrados os diferentes tipos de comportamentos observados. A observação é direcionada por uma série de itens relevantes para o desenvolvimento da relação parental, tais como: o direcionamento do olhar materno para a criança; a expressão do afeto e sua manifestação; a vocalização materna e seu tom, que pode ser afetuoso, sem modulação vocal ou caracterizado pelo silêncio; o modo como o toque é aplicado no corpo do bebê em situações cotidianas, como a troca de fraldas ou o ato de acalantar; e o posicionamento da criança no colo da mãe ou se ela permanece por longos períodos sem ser segurada^[180].

O *Parenting and Family Adjustment Scales* (PAFAS) é uma ferramenta concebida para avaliar as práticas parentais e a qualidade da dinâmica familiar. Dentro das suas dimensões, destaca-se a relevância do relacionamento entre pais e filhos, abrangendo o apoio, incentivo e afeto oferecidos à criança. Além disso, avalia-se o nível de satisfação dos pais com suas vidas e as responsabilidades parentais, aspectos que influenciam diretamente na promoção de uma parentalidade saudável. Não menos importante é a análise da qualidade da rede de apoio familiar disponível para esses pais, entre outros aspectos^[181].

Piccolo (*Parenting Interactions with Children: Checklist of Observations Linked to Outcomes*) é uma ferramenta utilizada para avaliar interações parentais. São consideradas as seguintes dimensões: estimulação (como as interações parentais estimulam aprendizagem), responsividade (respostas dos pais a necessidades das crianças), afeto (demonstrações afetuosas e contato físico) e encorajamento (estímulo à autonomia e suporte)^[182].

Um estilo de criação orientado por práticas positivas de parentalidade deve considerar a afeição entre pais e crianças, que engloba contato físico positivo, expressões positivas demonstradas à criança e manifestações emocionais calorosas; a responsividade dos pais em relação a emoções, comportamentos e interesses da criança; uma postura de encorajamento à criança, com apoio para que possa explorar, conhecer, ter iniciativa, ser criativa e brincar; e o ensino, que deve abranger interações, brincadeiras, estímulos e perguntas que favoreçam as aprendizagens da criança^[182].

Programas voltados para a parentalidade

A violência vivenciada, seja diretamente sofrida e/ou presenciada pela criança, pode estimulá-la a agir de forma semelhante aos comportamentos violentos dos adultos. As diferentes violências que ocorrem durante a infância podem gerar impactos profundos ao longo de toda a vida, já que a violência é potencialmente ameaçadora ao pleno desenvolvimento^[150]. A exposição repetida e prolongada à violência, sem o apoio e proteção genuínos de uma pessoa adulta, pode produzir estresse tóxico, que tende a desencadear agravos à memória, aprendizagem, imunidade, entre outros. Prevenir a ocorrência de danos à infância é a maneira mais eficaz de combater a violência contra crianças^[183].

São consideradas formas de violência contra crianças: agressões físicas, que consistem em causar sofrimento físico à criança; abuso sexual, que consiste em praticar atos sexuais com a criança ou fazê-la presenciar a realização destes; violência psicológica, que equivale a humilhações, constrangimento, depreciação, discriminação; negligência, isto é, não ofertar cuidados, proteção e se omitir diante das necessidades de proteção e zelo^[183].

O que afeta negativamente e de forma substancial a infância afeta também toda a sociedade. Falar sobre o potencial do desenvolvimento humano não significa classificar nem tampouco segregar crianças com dificuldades para seu desenvolvimento. Trata-se, na verdade, de alertar profissionais, gestores de políticas públicas, famílias e sociedade para a importância de que todos reúnam esforços para zelar e prover às crianças uma infância saudável a fim de que cada uma, de acordo com suas próprias características, possa alcançar seu potencial de desenvolvimento o mais plenamente possível, o que fica ameaçado pelos estilos de parentalidade considerados negativos^[184].

Nos últimos anos, a prevenção de práticas parentais negativas e a promoção de positivas têm ocorrido em vários países a partir de diferentes propostas.

O programa ACT (palavra do inglês que, em português, significa Ação), desenvolvido pela American Psychological Association (APA), é destinado ao fortalecimento da parentalidade positiva e prevenção de violências contra crianças de 0 a 8 anos.

Há uma versão traduzida para o português com a finalidade de alcançar o público brasileiro intitulada *Programa ACT – Para Educar Crianças em Ambientes Seguros*^[185]. O ACT consiste em um treinamento para mães e pais para prevenção de ocorrências de parentalidade negativa e aumento das de parentalidade positiva transmitindo informações sobre desenvolvimento infantil, fatores de risco e proteção, oferecendo orientações para a melhora de habilidades sociais, construção de comunicação mais assertiva e para que lidem com situações de conflito sem fazer uso de violência. São desenvolvidas estratégias para administrar a raiva dos pais ou das crianças, entender o comportamento da criança, resolver conflitos e aplicar disciplina positiva.

Por meio da promoção de práticas de parentalidade positiva, o ACT é um programa eficaz para melhorar os níveis de estresse parental^[186]. No Brasil, o trabalho com o ACT teve início em 2012 com etapas de adaptação, validação e pesquisas demonstrando sua eficácia^[187].

Fortalecendo Laços^[188,189] é um programa criado no Laboratório de Pesquisa em Prevenção de Problemas de Desenvolvimento e Comportamento da Criança – FMRP USP (LAPREDES) a fim de incentivar o desenvolvimento saudável na infância aprimorando as relações entre mães e crianças com idades entre 2 e 6 anos. Tem uma etapa presencial que consiste em observação e sessão em grupo e, posteriormente, outra com formato remoto por meio de vídeos compartilhados via *smartphone*. Os conceitos que fundamentam o programa são responsividade – que entende a importância de haver cuidado, amor, presença e disponibilidade de mães e pais em relação às crianças; reciprocidade – compartilhamento de momentos, ideias e auxílio às crianças de maneira colaborativa que favorecem que tenham modelos positivos influenciando seu comportamento; diretividade – estimular a criança para que possa aprender e construir sua autonomia.

No Brasil, alguns programas são voltados a intervenções envolvendo a família, com destaque para o manejo de situações conflituosas e a prevenção de comportamentos negativos, sendo conduzidos de maneira bilateral^[190]. O Programa de Treinamento de Pais promove práticas educacionais positivas, habilidades de comunicação e enfrentamento ao estresse^[191], enquanto o Trabalho de Intervenção com Foco em Práticas de Socialização é direcionado para os problemas internalizantes na infância^[192].

O Programa Criança Feliz, instituído a partir do Decreto n. 8.869, de 5 de outubro de 2016, propõe a promoção do desenvolvimento integral de crianças na primeira infância (de 0 a 6 anos). É uma iniciativa governamental, intersetorial e uma política do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)^[193], que está em consonância com o Marco Legal da Primeira Infância (Lei n. 13.257/2016), que traz a relevância das

formulações de diretrizes e implementações de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento infantil nos seus primeiros anos de vida^[194].

A participação no programa é ofertada pela inscrição e atualização dos dados no Cadastro Único, e as famílias cadastradas recebem visitas domiciliares realizadas pelas equipes de profissionais de saúde de seu território com a finalidade de receber o acompanhamento necessário e as orientações de forma a fortalecer o vínculo entre a família e a comunidade^[194]. O programa possui como principais objetivos a promoção do desenvolvimento infantil integral, apoio à gestante e sua família durante o período anterior ao nascimento do bebê, cuidado com crianças em situação de vulnerabilidade, fortalecimento do vínculo e papel da família no desenvolvimento global da criança, estímulo da prática de atividades lúdicas e facilidade de acesso às políticas e serviços de que necessitam^[194].

Segundo dados coletados pelo governo de São Paulo, essa política alcançou, até o mês de maio de 2023, 219 dos 645 municípios do estado, totalizando cerca de 22.815 pessoas beneficiadas, o que evidencia que a iniciativa ainda necessita de muitos avanços na sua expansão^[195].

No Brasil, foi sancionada recentemente a Lei n. 14.826/2024, que defende a parentalidade positiva e o direito de brincar como formas de prevenção à violência contra crianças. A lei destaca que não só a família, mas o Estado e a sociedade como um todo devem prezar pela segurança e boas condições para que a infância seja vivida com qualidade. Entre as estratégias e práticas para parentalidade positiva, a lei institui a promoção de: ações de prevenção e manutenção da vida da criança, resguardando saúde física e mental, garantindo direitos e protegendo da exposição à violência; suporte emocional à criança a fim de proteger o desenvolvimento psicológico; práticas educacionais não violentas, que sejam refletidas em relações saudáveis entre pais e crianças; estímulos à construção da autonomia respeitando as fases do desenvolvimento infantil; entre outras^[196].

A importância da Caderneta da Criança como instrumento de fortalecimento à parentalidade positiva

A Caderneta da Criança (CC) é um instrumento importante de vigilância para acompanhamento e registro de informações sobre a saúde das crianças de 0 a 9 anos, preenchido pelos profissionais envolvidos, que destaca que é assegurado a toda criança o direito a uma infância com segurança e proteção e fornece diretrizes para o exercício de uma parentalidade adequada^[150]. Todos os bebês nascidos no Brasil em maternidades públicas ou privadas têm direito ao seu recebimento gratuito.

A CC^[150] recomenda ações práticas que podem ser adotadas por mães e pais ao longo de cada fase do desenvolvimento da criança para ofertar um tipo de cuidado consistente e afetivo desde seu nascimento: evitar gritos e outros tipos de violência;

expressar carinho e afetividade ao lidar com sua filha ou filho; atentar-se às necessidades de cuidado da criança; conversar e interagir de acordo com a idade da criança. Além disso, orienta os adultos a não praticarem atitudes agressivas na presença de crianças, evitando, assim, influenciá-las a reproduzir comportamentos violentos presenciados ou vividos.

Os marcos do desenvolvimento encontrados na CC são um conhecimento importante para que profissionais, mães e pais compreendam melhor a criança em cada fase. Seu desconhecimento pode trazer riscos porque dificuldades ou atrasos podem não ser percebidos, ao passo que, caso fossem identificados precocemente, receberiam intervenções de profissionais da saúde que minimizam eventuais danos. A atenção aos marcos do desenvolvimento da infância presentes na CC também é uma forma de cuidado.

Se há alguma suspeita, por parte das pessoas que cuidam da criança, de que ela não está atingindo algum dos marcos do desenvolvimento esperados para sua faixa etária, é necessário que a equipe de saúde seja informada. Profissionais da saúde que têm especialização em infância têm capacitação adequada para realizar uma avaliação minuciosa e, se necessário, intervir para cuidar.

A CC é produzida pelo Ministério da Saúde como uma fonte de informações sobre desenvolvimento infantil segura, qualificada e confiável, que ganha ainda mais importância no momento atual, em que notícias falsas prejudiciais estão tão disseminadas.

Os registros contidos na CC são detalhados e documentam a trajetória de cuidados de saúde ofertados durante a infância. Os dados sobre cada fase do desenvolvimento são baseados em evidências científicas sobre crescimento e saúde da criança atualizadas de acordo com as diretrizes dos órgãos de saúde.

As notícias falsas, conhecidas como *fake news*, propagam inverdades que podem gerar grandes danos às pessoas que abandonam comportamentos benéficos ou adotam novos hábitos danosos à própria saúde ou à de quem cuidam por terem acreditado em boatos sem fundamentos científicos. Quando se pensa em *fake news* ligadas ao desenvolvimento infantil, a situação tende a ser ainda mais grave, pois podem influenciar negativamente os estilos de cuidado parental e até mesmo a oferta de prevenção e promoção de saúde a crianças. Um exemplo recente desse problema é a disseminação massiva de notícias falsas espalhando desinformação sobre as vacinas, influenciando negativamente sua procura mesmo nos períodos de campanhas largamente anunciadas. Ressalte-se sempre que vacinas salvam vidas e impedem a disseminação de doenças.

Se notícias falsas podem gerar agravos significativos à saúde, orientações pautadas pela ciência como as existentes na CC podem auxiliar na construção de uma infância mais segura.

Então, o que vimos até aqui?

- O desenvolvimento do cérebro do bebê começa antes do nascimento e é influenciado pela saúde materna. A primeira infância é um período crucial para o desenvolvimento humano com impactos duradouros. Durante essa fase, são construídas as bases fundamentais para habilidades cognitivas, físicas e emocionais. São fatores de risco para o desenvolvimento infantil o preconceito, a violência e a pobreza, que podem causar estresse tóxico, prejudicando o desenvolvimento cerebral.
- O desenvolvimento infantil também é influenciado por fatores sociais, históricos e culturais. A integralidade do cuidado é essencial, incluindo alimentação adequada, segurança, afeto, estímulos favoráveis, apoio e educação de qualidade. Famílias (biparentais, monoparentais, reconstituídas e homoafetivas), sistemas de saúde, creches, escolas e a sociedade devem trabalhar em conjunto para garantir um desenvolvimento saudável.
- A formação de vínculos seguros começa na gestação e se fortalece com experiências afetivas pós-nascimento. A confiança e a vinculação são essenciais para o desenvolvimento, sendo influenciadas por uma educação sensível e responsiva. A estimulação no ambiente familiar é primordial para o desenvolvimento cognitivo e psicossocial.
- O processo de parentalidade começa antes do nascimento, com os papéis parentais sendo influenciados pela estrutura familiar e pela sociedade. O desenvolvimento da criança é influenciado por mães, pais e cuidadores, com o ambiente familiar desempenhando um papel importante. Práticas de parentalidade positiva, caracterizadas por afeto, apoio, cuidado e sensibilidade, estão associadas ao melhor desenvolvimento infantil e à prevenção de dificuldades futuras.
- O ambiente familiar deve evitar práticas negativas que aumentam o risco de comportamentos desafiadores.
- Investir na parentalidade é fundamental para o enfrentamento de iniquidades e promoção do desenvolvimento saudável. Nesse sentido, as evidências científicas embasam as políticas públicas como forma de democratização de oportunidades em prol do bom desenvolvimento infantil.
- A depressão materna pode afetar negativamente o desenvolvimento infantil, destacando a necessidade de apoio profissional.
- O estresse parental é um fator de risco significativo, podendo continuar no pós-parto. Já o *burnout* parental resulta do excesso de tarefas. Ambos têm consequências prejudiciais tanto para cuidadores como para crianças, pois

afetam as relações, e podem ser prevenidos com autoconfiança, boa rede de apoio e cuidado com as emoções.

- Instrumentos de avaliação podem ser utilizados para identificar e tratar o *burnout* parental.
- As funções executivas auxiliam os pais na gestão das emoções e reações aos desafios da parentalidade. O controle inibitório, quando bem desenvolvido, pode influenciar positivamente na regulação de alguns sentimentos, como raiva, estresse e frustração, promovendo, assim, comportamentos assertivos e um ambiente emocionalmente seguro e previsível para as crianças.
- Programas de prevenção de parentalidade negativa e promoção da positiva são benéficos para a família e para o desenvolvimento infantil.
- A regulação emocional e funções executivas se influenciam mutuamente. Emoções desreguladas podem afetar negativamente a tomada de decisões. Já as habilidades bem desenvolvidas de controle inibitório ajudam na regulação emocional e são importantes para uma vida adulta funcional no cotidiano por permitirem a possibilidade de reflexão e melhor manejo frente a situações desafiadoras.
- A Caderneta da Criança (CC) é um documento oficial e seguro contra a desinformação por ser baseada em evidências científicas e conter atualizações de saúde. Serve como um guia prático para a parentalidade a partir de recomendações como a relevância do carinho e atenção frente às necessidades da criança, interações de acordo com a faixa etária, os malefícios de gritos e violência, entre outros. Ressalta a importância dos marcos do desenvolvimento, evitando que atrasos e dificuldades passem sem ser percebidos e cuidados. Dessa maneira, mães, pais e cuidadores têm o direito de ter acesso à CC para cuidar do desenvolvimento junto com profissionais de saúde envolvidos.

